

O TRABALHO FEMININO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR<sup>1</sup>

JOSÉ CARRERA-FERNANDEZ  
WILSON F. MENEZES<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho aborda a questão do trabalho feminino, tomando como referência a Região Metropolitana de Salvador (RMS). Fazendo uso da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), este artigo estudou a participação da mulher no mercado de trabalho e a formação do seu rendimento, procurando estabelecer os princípios determinantes e condicionantes que levam a mulher a buscar uma ocupação nesse mercado. Objetivando ampliar o conhecimento a respeito do trabalho feminino, este artigo também estudou a probabilidade de a mulher buscar uma ocupação no mercado de trabalho, por meio de um modelo *logit*, visando destacar a contribuição dos principais fatores que influenciam essa decisão. Os resultados econométricos evidenciaram que as mulheres mais propensas ao mercado de trabalho são aquelas que não dispõem de outras rendas que não aquelas fruto de seu trabalho, apresentam um menor nível de escolaridade e uma maior experiência. Além do mais, as mulheres mais predispostas ao trabalho são as jovens de cor negra que exercem a condição de chefe da família. Apesar da maior inserção da mulher no mercado de trabalho, verificada nos últimos anos, os resultados deste trabalho revelaram que as mulheres que participam da força de trabalho são, *grosso modo*, aquelas que apresentam uma baixa escolaridade. A implicação disso é que um grande contingente de mulheres com mais escolaridade não participa da força de trabalho, impelido talvez pela nobre tarefa de educar os seus filhos, contribuindo no sentido de se estabelecer uma condição de precariedade para o trabalho feminino.

<sup>1</sup> Recebido em 28/2/2003. Liberado para publicação em 23/7/2003.

<sup>2</sup> Professores do curso de mestrado em Economia da UFBA, respectivamente PhD\* pela The University of Chicago e doutor pela Université de Paris I.

**Palavras-chave:** mulher, trabalho feminino, mercado de trabalho, força de trabalho, oferta de trabalho, renda do trabalho, salário reserva.

**Classificação JEL:** J12, J16, J21, J24, J31, J71.

#### THE FEMALE WORK: AN ANALYSIS OF METROPOLITAN REGION OF SALVADOR

**Abstract:** This paper examines the question of female labor, taking as a reference the Metropolitan Region of Salvador (RMS). Using data of the Employment and Unemployment Research of the Metropolitan Region of Salvador (PED/RMS), we study the participation of woman in the labor market and her income formation, trying to establish under the econometric point of view the principles determinants and restrictions that lead the women to look for a job in that market. Besides that, this essay also studied the probability of woman to participate in the labor force, through a logit model, as means of distinguish the main elements that influence the individual decision of woman to take a job in the labor market. The econometric results reveal that the more inclined women to look for a job in the labor market are those that do not have other incomes, show a lower level of schooling and a higher experience. Besides, the woman that are more willing to work are the young black ones that are head of family. Despite a grater insertion of woman in the labor market, verified in the last years, the results showed that a larger proportion of women that participate in the labor force are exactly those with a lower schooling. It means that a larger part of women with higher schooling do not participate in the labor force, probably to do the noble task to educate your children, contributing in this way to establish a precarious condition for the female labor.

**Key-words:** woman, female labor, labor market, labor force, labor supply, labor earning, reservation wage.

**JEL classification:** J12, J16, J21, J24, J31, J71.

## 1. Introdução

A tradição histórica tem destinado à mulher o cuidado dos filhos, dos afazeres domésticos e dos parentes mais velhos, enquanto aos homens fica destinado o papel de provedor da família. Talvez, por isso mesmo, ao se inserir no mercado de trabalho, a mulher, ainda hoje, necessariamente não se encontra vinculada a ocupações de maior liderança e de mais elevada qualificação, mas sim a atividades subordinadas, auferindo salários mais baixos. Segundo dados das Nações Unidas, 70% do contingente de pobres no mundo é do sexo feminino. São também as mulheres que enfrentam as condições mais precárias de trabalho e sofrem mais com o desemprego (Perez, 2001). Entre 1970 e 1990, o Brasil experimentou um aumento considerável no número de famílias chefiadas por mulheres jovens, bem como no número de mães solteiras. Ademais, em 1990, um terço das famílias chefiadas por mulheres encontrava-se abaixo da linha de pobreza (Castro, 2001).

No Brasil, tal como em todas as sociedades, as relações entre os sexos são predominantemente assimétricas e hierárquicas, isso é válido tanto para as relações no âmbito da produção, como na esfera privada das relações familiares. Isso faz com que a participação dos trabalhadores no mercado de trabalho seja bastante diferenciada entre os sexos. As mulheres, por exemplo, são facilmente classificadas como inativas, deixando-se, dessa forma, de avaliar a grandeza do trabalho doméstico que absorve o cotidiano dessas pessoas. Por outro lado, os homens mantêm uma grande regularidade de inserção no mercado de trabalho à medida que avançam em idade, enquanto as mulheres apresentam-se nesse mesmo mercado de maneira crescente até os 24 anos, quando passam, *grosso modo*, a ser motivadas por outros aspectos da vida social e familiar. Essas novas motivações dificultam sobremaneira uma conciliação entre atividades profissionais e familiares e acabam por afastar, não raramente de maneira definitiva, a mulher do mercado de trabalho. Outras duas grandes questões para as mulheres são a contingência do casamento e o peso da maternidade, que também contribuem largamente para um distanciamento da mulher em relação ao mercado de trabalho. Nesse momento, vão

sendo reservadas às mulheres atividades mais relacionadas à prestação de serviços, as quais permitem, em média, remunerações inferiores às dos homens (Bruschini, 1995).

No entanto, as mulheres têm tido também algumas conquistas importantes nessas últimas décadas, a exemplo da sua maior inserção no mercado de trabalho. O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho da RMS não é uma característica apenas dessa região, mas se estende a todas as regiões do país e do mundo,<sup>3</sup> e revela uma das mais importantes transformações sociais dos últimos tempos. Esse processo é o resultado de uma série de fatores, sendo que os mais importantes são a mudança no padrão cultural que imprime uma maior independência da mulher e a necessidade de obtenção de renda. Essa necessidade resulta da alteração no padrão de consumo, pela maior disponibilidade de bens e serviços, ou mesmo decorre de uma redução da renda familiar (Galeazzi, 2000).

Outra transformação social importante exercida pela mulher nas últimas décadas foi a grande redução da fecundidade, diminuindo o número médio de filhos, sobretudo nos grandes e médios centros urbanos. Isso tem permitido que a mulher se desloque para o mercado de trabalho com maior facilidade. A elevação dos níveis de escolaridade da mulher figura como outra grande conquista, isso porque, por um lado, permite uma qualificação mais elevada da mulher, motivo que por si só facilita o acesso ao mercado de trabalho, e, por outro lado, consolida padrões de comportamento menos prejudiciais à mulher como ser humano e mais afirmativos de sua individualidade, sobretudo no plano econômico quando deixa de ser simplesmente dona de casa.

Um dos temas atuais mais importantes na pauta dos movimentos feministas no país é a questão da independência da mulher e a sua participação na força de trabalho. Na pauta dessas discussões

---

<sup>3</sup> Em estudo recente realizado em nove países da América Latina, Gálvez (2000) constatou que a participação masculina na força de trabalho na década de 90 se manteve constante, enquanto a da mulher aumentou em quase todos os países.

está a crença de que qualquer movimento de emancipação da mulher não poderia ser obtido com dependência financeira. No entanto, a premissa de que a capacidade de a mulher prover o seu sustento é a base para o efetivo exercício da liberdade, não parece se verificar. O fato é que um contingente relativamente grande de mulheres com maior nível de escolaridade parece preferir se ausentar do mercado de trabalho e se dedicar a outras funções sociais, até mesmo a maternidade. Por outro lado, a proporção das mulheres assalariadas que chefiam famílias tem mostrado, na última década, uma tendência declinante bastante significativa, a despeito da tendência crescente verificada nos anos 80.<sup>4</sup>

Tentando ampliar o conhecimento a respeito da participação da mulher no mercado de trabalho da RMS, este trabalho estuda a formação do seu rendimento, procurando estabelecer os princípios, determinantes e condicionantes, que levam a mulher a buscar uma ocupação nesse mercado. Ademais, este trabalho também estuda a probabilidade de a mulher buscar uma ocupação, objetivando destacar a contribuição dos principais elementos que influenciam a decisão desta se inserir no mercado de trabalho. Para tal, utiliza-se a base de dados da PED-RMS, cujas informações abrangem o período compreendido entre outubro de 1996 e dezembro de 2000.<sup>5</sup>

Além desta introdução, este trabalho contém mais quatro seções. A segunda contém uma análise sucinta da situação da mulher no mercado de trabalho da RMS. Na seguinte, estuda-se a formação do rendimento do trabalho da mulher por meio de um modelo loglinear, objetivando avaliar a contribuição dos principais determinantes desse rendimento. A quarta seção apresenta um estudo

<sup>4</sup> Também utilizando dados da PED-RMPA, Galeazzi (2000) evidenciou que a participação da mulher chefiando famílias caiu de 62,5%, em 1993, para 54,6%, em 2000.

<sup>5</sup> A PED segue orientação metodológica do Seade-Dieese e foi realizada na RMS entre setembro de 1987 e outubro de 1989, em convênio com a Setrab, Sine e UFBA. Desde julho de 1996, ela vem sendo realizada em convênio com a SEI, Setras e UFBA. Esta pesquisa é atualmente desenvolvida em mais cinco regiões metropolitanas do país: Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife e São Paulo.

sobre a probabilidade de a mulher participar da força de trabalho, por meio de um modelo *logit*, visando destacar a contribuição dos elementos mais importantes que influenciam a decisão de a mulher buscar uma inserção no mercado de trabalho. Finalmente, apresentam-se as conclusões e recomendações deste trabalho, esperando que o mesmo possa contribuir para melhorar o entendimento a respeito da participação da mulher no mercado trabalho.

## 2. A inserção das mulheres no mercado de trabalho da RMS

Nesta seção, faz-se uma avaliação dos principais aspectos referentes à inserção da mulher no mercado de trabalho da RMS, tentando ampliar o conhecimento a respeito desse importante contingente de trabalhadores. A tabela 2.1 permite uma comparação do rendimento médio e de alguns atributos pessoais entre as mulheres e os homens. Uma análise dessa tabela permite observar que o rendimento médio da mulher é, em média, inferior ao rendimento do homem, correspondendo a 63,5% do rendimento do homem. O rendimento médio da mulher é de R\$ 405, enquanto o do homem é de R\$ 638, correspondendo a uma diferença de 57,5% em favor do homem. De fato, a estatística *t* de -40,91 rejeita a hipótese de igualdade das médias de rendimentos desses dois agrupamentos de trabalhadores.<sup>6</sup> Esse diferencial de rendimentos pode ser, em parte, atribuído a elementos discriminatórios, que atuam em detrimento da mulher, já que ela possui, em média, maior escolaridade, e mesmo assim, *grosso modo*, seu rendimento é menor que o do homem. Uma justificativa para esse fato pode ser encontrada nas estatísticas das horas mensais de trabalho, na experiência

<sup>6</sup> Seja  $H_0: \mu_I - \mu_J = 0$  a hipótese nula de igualdade das médias e  $H_1: \mu_I - \mu_J \neq 0$  a hipótese alternativa de diferença das médias, onde  $\mu_I$  e  $\mu_J$  são as respectivas médias de rendimentos das mulheres e dos homens, respectivamente. Se  $|t| > t_a$  rejeita-se  $H_0$  e aceita-se  $H_1$ , onde:  $|t| = (\mu_I - \mu_J) / [(\sigma_I^2/n_I) + (\sigma_J^2/n_J)]^{1/2}$ ;  $\sigma_I$  e  $\sigma_J$  são os desvios-padrão dos respectivos indicadores médios;  $n_I$  e  $n_J$  são os respectivos números de observações desses dois grupos de pessoas; e  $t_a$  é a estatística *t* para um nível de significância *a*.

média e na estabilidade ocupacional. Em todas essas variáveis, os números referentes à mulher apresentam-se inferiores aos dos homens. Há, no entanto, que se buscar justificativas mais pormenorizadas nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho e na sociedade.

A escolaridade da mulher, medida em termos de anos de estudos, como foi dito acima, mostra-se mais elevada que a do homem. Essa diferença de escolaridade entre mulheres e homens é garantida pela estatística t de 33,26 no teste de diferença das

**Tabela 2.1 – Rendimento médio e atributos pessoais por condição ocupacional**

<b>Discriminação</b>	<b>Mulher</b>	<b>Homem</b>	<b>Estatística t*</b>
Rendimento médio	405,38	638,50	-40,91 (0,00)
Escolaridade média	8,38	7,60	33,26 (0,00)
Horas mensais de trabalho	152,30	171,80	-36,80 (0,00)
Experiência média na ocupação atual <sup>1</sup>	18,62	19,25	-8,80 (0,00)
Estabilidade média na ocupação	4,23	4,46	-6,47 (0,00)
Idade média	34,00	33,83	2,47 (0,01)

Fonte: Cálculos realizados a partir da PED-RMS.

\* As estatísticas t comparam as médias de rendimento e dos atributos pessoais. Os níveis de significância encontram-se entre parênteses.

<sup>1</sup> Definida pela diferença entre a idade e o tempo de estudo (que inclui o tempo pré-escolar de 7 anos).<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Deve-se ressaltar que essa medida usual tende a superestimar a verdadeira experiência, principalmente para aquelas mulheres que interrompem suas carreiras e trabalham em tempo parcial na fase de formação de suas famílias.

médias. O atributo estabilidade na ocupação mostra que, em média, a mulher permanece menos tempo que o homem em uma mesma ocupação, enquanto o atributo idade permite dizer que as mulheres ocupadas são, em média, mais velhas que os homens. Quanto aos atributos (produtivos) esforço e experiência, tem-se que as mulheres apresentam carga mensal de trabalho e experiência menores que as dos homens, fatos esses garantidos pelas estatísticas t respectivamente de -36,80 e -8,80. Uma análise mais conclusiva acerca dos determinantes dos rendimentos das mulheres encontra-se mais adiante.

A tabela 2.2 apresenta uma distribuição das mulheres por faixas de rendimentos segundo alguns atributos pessoais. Pode-se então visualizar que a grande maioria das mulheres analfabetas (ou seja, 84,0%) encontra-se na faixa de renda de até R\$ 350. Mas à medida que a escolaridade avança, percebe-se que o percentual de mulheres vai aumentando nas faixas de rendimentos mais elevados. Isso demonstra que as mulheres respondem às determinações do mercado de trabalho, embora com rendimentos menos elevados que os dos homens. É interessante notar que, entre as mulheres com rendimentos de até R\$ 350, 15,0% são analfabetas e, entre as mulheres sem rendimento, 4,0% possuem escolaridade de nível superior. Por outro lado, tem-se que a faixa dos mais elevados rendimentos (mais de R\$ 900) é composta de 58,0% de mulheres com escolaridade de nível universitário. Na faixa de rendimentos que vai de R\$ 351 a R\$ 900, o percentual de mulheres com escolaridade universitária também é elevado (18,0%). Esse fato já era esperado, tendo em vista ser a escolaridade o atributo pessoal que mais contribui para a formação do rendimento do trabalho.

Analisando os rendimentos das mulheres por faixas de idade percebe-se que elas encontram-se relativamente mais presentes em todas as faixas de rendimentos quando possuem entre 26 e 59 anos, ou seja, quando se encontram economicamente mais ativas. Mas, qualquer que seja a faixa etária, a maioria das mulheres (58,0%) possui rendimentos mensais de até R\$ 350. Entre as mulheres que ganham até R\$ 350, 67,0% possuem entre 26 e 59 anos e 31,0% são jovens entre 18 e 25 anos. No contingente de mulheres com rendimentos entre R\$ 351 e R\$ 900 pode-se verificar

O trabalho feminino: uma análise a partir da região metropolitana de Salvador

<b>Tabela 2.2 – Faixas de renda por atributos pessoais</b>						
<b>Legenda:</b>		<b>Sem ren-</b>	<b>Até</b>	<b>Entre</b>	<b>Mais de</b>	
<b>% linha</b>	<b>% coluna</b>	<b>dimentos</b>	<b>R\$ 350</b>	<b>R\$ 351 e R\$ 900</b>	<b>R\$ 900</b>	
<b>Por faixas de escolaridade</b>						
Analfabeto	0,12	0,84	0,04	0,00	0,00	0,00
		0,10	0,15	0,02	0,01	0,03
Entre 3 e 7 anos	0,16	0,77	0,07	0,13	0,10	0,32
		0,46	0,48	0,59	0,19	0,06
Entre 8 e 10 anos	0,12	0,50	0,28	0,35	0,19	0,06
		0,37	0,33	0,08	0,60	0,58
Entre 11 e 14 anos	0,10	0,36	0,35	0,08	0,19	0,06
		0,03	0,02	0,08	0,19	0,06
15 anos e mais	0,04	0,07	0,29	0,18	0,60	0,58
		0,04	0,01	0,18	0,60	0,58
<b>Por faixas de idade</b>						
Entre 18 e 25 anos	0,17	0,69	0,12	0,02	0,02	0,05
		0,34	0,31	0,17	0,15	0,92
Entre 26 e 59 anos	0,11	0,54	0,20	0,81	0,15	0,92
		0,64	0,67	0,81	0,15	0,92
60 anos e mais	0,09	0,63	0,16	0,12	0,12	0,03
		0,02	0,03	0,02	0,12	0,03
<b>Por cor</b>						
Negra	0,13	0,63	0,16	0,08	0,08	0,55
		0,85	0,89	0,73	0,28	0,45
Branca	0,10	0,35	0,27	0,27	0,28	0,45
		0,15	0,11	0,27	0,28	0,45
<b>Por posição na família</b>						
Não chefe	0,13	0,59	0,18	0,10	0,10	0,68
		0,82	0,80	0,75	0,17	0,32
Chefe	0,10	0,53	0,20	0,17	0,17	0,32
		0,18	0,21	0,25	0,17	0,32
<b>Por condição migratória</b>						
Não migrante	0,11	0,60	0,16	0,13	0,13	0,55
		0,47	0,53	0,47	0,11	0,45
Migrante	0,14	0,56	0,20	0,11	0,11	0,45
		0,53	0,47	0,54	0,11	0,45
<b>Total</b>	<b>0,13</b>	<b>0,58</b>	<b>0,18</b>	<b>0,18</b>	<b>0,12</b>	

que 81,0% delas possuem entre 26 e 59 anos e entre aquelas com rendimentos superiores a R\$ 900 tem-se que 92,0% encontram-se nessa mesma faixa etária.

Considerando os rendimentos das mulheres em uma perspectiva da cor, pode-se observar que as negras encontram-se mais freqüentemente nos estratos inferiores dos rendimentos e as brancas aparecem relativamente mais nos estratos superiores. Assim é que 85,0% das mulheres sem rendimentos são negras e 89,0% das mulheres com rendimentos de até R\$ 350 também são negras, ou seja, esses percentuais são mais elevados que os percentuais de mulheres negras na população, que é de aproximadamente 80,0%. Por outro lado, as mulheres brancas aparecem mais freqüentemente nas faixas mais elevadas de rendimentos, 27,0% das mulheres com rendimentos entre R\$ 351 e R\$ 900 são brancas e 28,0% daquelas que possuem rendimentos acima dos R\$ 900 também são brancas, quando a participação das mulheres brancas na população é de apenas 20,0%. Isso caracteriza um diferencial de rendimentos em favor das mulheres brancas, e muito provavelmente esse diferencial tenha uma origem discriminatória.

Uma avaliação dos rendimentos por posição na família percebe-se que as mulheres quando são chefes de família aceitam menos as atividades não remuneradas, ou seja, entre as mulheres com alguma ocupação econômica, mas sem remuneração, apenas 18,0% são chefes de família. Esse percentual mostra-se crescente à medida que a faixa de renda se eleva. Por outro lado, as mulheres chefes de família aparecem proporcionalmente mais nas faixas de renda mais elevadas, enquanto as mulheres não chefes são mais freqüentes na faixa de renda mais baixa (de até R\$ 350). Isso demonstra que o fato de a mulher se encontrar na condição de provedora da família, passa também a disputar melhores remunerações no mercado de trabalho.

Considerando os rendimentos por condição migratória tem-se que as mulheres não originárias da Região Metropolitana de Salvador são relativamente mais freqüentes nas atividades que não proporcionam rendimentos, bem como nas atividades que levam a ganhos entre R\$ 351 e R\$ 900; enquanto as mulheres não migrantes ocupam mais as faixas de rendas de até R\$ 350 e mais de R\$ 900.

Todavia os percentuais estatísticos visualizados não permitem um bom delineamento dos rendimentos quanto a condição migratória ou não da mulher.

A tabela 2.3 mostra as participações relativas dos grupos mais frequentes de ocupações da mulher. É importante salientar que esse conjunto de agrupamentos representa 66,2% do total de ocupações das mulheres. Nessa tabela, as ocupações mostram-se com perfis bastante precários conforme se pode constatar pela simples descrição das ocupações. O maior contingente é representado pelo grupo de “camareiras, domésticas e babás” (16,1%),

**Tabela 2.3 – Principais agrupamentos de ocupações exercidos pelas mulheres no mercado de trabalho (%)**

<b>Principais ocupações</b>	<b>Percentual</b>	<b>Acumulado</b>
Camareiras, domésticas e babás	16,1	16,1
Desempregadas com bico	6,7	22,8
Vendedoras e vendedoras de jornais e revistas	5,0	27,8
Baleiras, bilheteiras, doceiras e feirantes	4,2	32,0
Faxineiras, lixeiras e serventes	4,1	36,1
Professoras de ensino fundamental	4,1	40,2
Cozinheiras	4,0	44,2
Assistentes administrativas	3,3	47,4
Auxiliares de escritório e de serviços administrativos	2,9	50,3
Atendentes de bar e garçonetes	2,7	53,0
Administradoras e gerentes de serviços	2,7	55,7
Secretárias	2,7	58,4
Costureiras	2,7	61,0
Lavadeiras e passadeiras	2,6	63,7
Auxiliares de contabilidade, caixas e pagadoras	2,5	66,2

Fonte: Cálculos realizados a partir da PED-RMS.

seguindo-se o das “desempregadas com algum tipo de bico” (6,7%) e o das “vendedoras e vendedoras de jornais e revistas” (5,0%). Logo após aparecem o grupo das “baleiras, bilheteiras, doceiras e feirantes”, o grupo das “faxineiras, lixeiras e serventes”.

Como ocupações menos precárias e mais formais de trabalho destacam-se os grupos das “professoras de ensino fundamental” (4,1%), o grupo das “auxiliares de escritório e de serviços administrativos” (2,9%) e o das “administradoras e gerentes de serviços” (2,7%) e o das “secretárias” (também com 2,7%). No mais, as mulheres são incorporadas em ocupações precárias e informais, tais como “cozinheiras”, “atendentes de bar e garçonetes”, “costureiras”, “lavadeiras e passadeiras”, além de “auxiliares de contabilidade, caixas e pagadoras”.

A tabela 2.4 mostra o rendimento médio e alguns atributos pessoais dos principais grupos de ocupações da mulher. As mulheres “administradoras e gerentes de serviços” são aquelas que se destacam em termos de ganhos médios mensais (R\$ 1.054), embora sejam também elas que enfrentam jornadas de trabalho mais longas (209 horas/mês), perdendo apenas para as “atendentes de bar e garçonetes” (225 horas/mês), mas que auferem rendimentos bastante inferiores (R\$ 222). Nos mais elevados níveis de escolaridade encontram-se as secretárias (11,4 anos), as administradoras e gerentes de serviços (11,3 anos), as assistentes administrativas e as auxiliares de escritório e de serviços administrativos (11 anos), ou seja, as mulheres, em média, pouco ultrapassam o patamar do ensino médio.

Quanto à experiência, tem-se que as mulheres presentes nos principais grupos ocupacionais detêm, em média, uma experiência de mais de 13 anos na ocupação que exercem. Trata-se, portanto, de uma experiência bastante elevada, sobretudo para as lavadeiras e passadeiras (31,8 anos), para as costureiras (29,2 anos), para as cozinheiras (26,7 anos) e para as faxineiras, lixeiras e serventes (26,6 anos). Essa experiência, entretanto, não contribui necessariamente para que as mulheres permaneçam mais estáveis no exercício da atual ocupação. O tempo de estabilidade ocupacional varia de 3,3 anos, para as “camareiras, domésticas e babás”, a aproximadamente 14 anos para as assistentes administrativas. Por

**Tabela 2.4 – Rendimento médio e alguns atributos pessoais das principais ocupações**

Ocupações	Rendimento	Jornada mensal	Escolaridade	Experiência	Estabilidade	Idade
Camareiras, domésticas e babás	145,00	211,9	4,7	19,3	3,32	31,0
Vendedoras e vendedoras de jornais e revistas	298,00	181,2	8,2	18,6	3,53	33,8
Baleiras, bilheteiras, doceiras e feirantes	198,00	123,9	6,6	23,5	5,52	37,2
Faxineiras, lixeiras e serventes	174,00	138,4	4,8	26,6	5,05	38,4
Professoras de ensino fundamental	537,00	113,3	12,2	17,6	9,22	36,9
Cozinheiras	244,00	172,2	6,1	26,7	4,65	39,8
Assistentes administrativas	650,00	128,7	11,0	23,0	13,94	41,0
Auxiliares de escritórios e de serviços administrativos	455,00	163,1	11,0	13,2	4,62	31,3
Atendentes de bar e garçones	222,00	225,6	6,4	23,2	4,55	36,7
Administradoras e gerentes de serviços	1.054,00	209,2	11,3	20,1	5,47	38,4
Secretárias	606,00	155,5	11,4	15,4	6,50	33,8
Costureiras	252,00	148,5	7,0	29,2	8,49	43,3
Lavadeiras e passadeiras	95,00	77,2	3,4	31,8	5,89	42,2
Auxiliares de contabilidade, caixas e pagadoras	479,00	178,6	10,6	12,6	4,77	30,3

Fonte: Cálculos realizados a partir da PED-RMS.

outro lado, a idade média dos principais grupos ocupacionais das mulheres mostra-se relativamente elevada, ou seja, em todos os grupos essa idade foi superior aos 30 anos.

Como a maior parte dos principais grupos ocupacionais é constituída de atividades bastante precárias, e observando que as idades médias dessas mulheres nesses grupos são relativamente elevadas, torna-se extremamente difícil traçar políticas que possam resgatar essas mulheres para atividades alternativas menos precárias e mais formalizadas.

### 3. Os determinantes da renda da mulher

Em busca de um melhor entendimento a respeito da participação feminina no mercado de trabalho da RMS, estudou-se ainda a formação do seu rendimento, utilizando-se um modelo linear nos logaritmos. Além de ser o modelo que melhor se ajustou aos dados, ele permitiu estimativas diretas das elasticidades da renda do trabalho em relação às variáveis contínuas. Dessa forma, considerou-se o logaritmo da renda do trabalho principal e secundário, em reais, em função de um conjunto de variáveis explicativas contínuas e binárias. As variáveis contínuas consideradas, todas logaritimadas, foram escolaridade, esforço aplicado ao trabalho, medido em horas mensais de trabalho, idade em anos, experiência<sup>8</sup> e estabilidade no emprego,<sup>9</sup> todas medidas em anos, além do tamanho da família, medido em números de pessoas no domicílio. As variáveis binárias (qualitativas) utilizadas foram cor, migração e posição familiar, as quais assumem o valor

<sup>8</sup> Essa variável foi avaliada com base na diferença entre a idade e o tempo necessário para educação (investimento em capital humano), o qual inclui o período pré-escolar de 7 anos. Essa experiência pode ser considerada como uma *proxy* para o *learning by doing*, embora com algum viés, tendo em vista que as mulheres que ficaram desempregadas por algum período de tempo ou retiraram-se do mercado de trabalho temporariamente para cuidar de seus filhos apareceram com uma experiência maior.

<sup>9</sup> A estabilidade no emprego foi avaliada tomando-se por base o tempo no emprego ou atividade (principal) atual do trabalhador.

um quando a mulher é respectivamente de cor branca, migrante de outra região que não a RMS e chefe de família. Essas variáveis assumem o valor zero quando a mulher é de cor negra, sempre residiu na RMS e não é chefe de família, respectivamente.<sup>10</sup> Assim, o modelo utilizado pode ser especificado da seguinte forma:

$$R_i = X_i \beta + \varepsilon_i \quad (3.1)$$

onde  $\beta$  é o vetor de parâmetros a ser estimado,  $X_i$  é um vetor de características pessoais que engloba os principais atributos produtivos e não produtivos dos trabalhadores (variáveis explicativas contínuas e binárias) e  $\varepsilon_i$  é o distúrbio, o qual é admitido ser independente e normalmente distribuído, com média igual a zero e variância  $\sigma^2$ .

Os resultados do ajustamento do modelo (3.1) podem ser encontrados na tabela 3.1. O sinal positivo e estatisticamente significativo do coeficiente da variável escolaridade (atributo produtivo, significa que o rendimento da mulher no trabalho principal e secundário é positivamente correlacionado com a escolaridade. Os resultados revelam que a sensibilidade do rendimento em relação à escolaridade (elasticidade da escolaridade) foi a segunda maior (0,676), só perdendo para a variável idade (atributo pessoal). Esse fato, que é garantido pela alta estatística  $t$  (86,129), comprova que o nível de escolaridade é, de fato, o atributo produtivo mais importante na determinação do rendimento da mulher.

Os resultados contidos na tabela 3.1 revelam ainda que o tempo dedicado ao trabalho (esforço) é outro atributo produtivo estatisticamente significativo (fato esse garantido pela estatística  $t$  de 69,613) e que contribui positiva e fortemente para a formação da renda da mulher. A importância desse atributo produtivo para a formação desse rendimento é estabelecida pela própria elasticidade do esforço, que foi de 0,455.

<sup>10</sup> A cor e a posição familiar, dois atributos pessoais bastante utilizados em estudos empíricos, foram introduzidos na regressão por terem se mostrado, em estudos econométricos anteriores, significativamente importantes na determinação do rendimento dos trabalhadores.

A idade da mulher mostrou-se estatisticamente significativa e positivamente correlacionada com a renda do trabalho da mulher, o que é garantido pela estatística t de 32,695. A sensibilidade do rendimento da mulher em relação a sua idade foi a mais alta (1,005), indicando que a idade é um atributo pessoal que contribui significativamente para a formação da renda da mulher.

Surpreendentemente, a experiência, atributo produtivo que geralmente contribui para a formação da renda do trabalho, mostrou-se estatisticamente importante, mas negativamente correlacionada com a renda da mulher. Esse resultado, aliado ao fato de a idade ter sido positivamente correlacionada com a renda do trabalho da mulher, pode estar evidenciando que o mercado está valorizando mais a maturidade da mulher (atributo que seguramente cresce com a idade) do que a própria experiência no trabalho.

**Tabela 3.1 – Determinantes do rendimento do trabalho feminino**

Variável	$\beta$	Desvio-padrão	Estatística t	Nível de significância
Constante	-0,915	0,085	-10,751	0,000
Escolaridade	0,676	0,008	86,129	0,000
Esforço	0,455	0,007	69,613	0,000
Idade	1,005	0,031	32,695	0,000
Experiência	-0,259	0,012	-20,935	0,000
Estabilidade emprego	0,156	0,003	58,304	0,000
Tamanho família	-0,087	0,008	-10,756	0,000
Cor	0,382	0,010	39,024	0,000
Migrante	-0,076	0,008	-9,905	0,000
Posição familiar	0,039	0,010	3,918	0,000

N = 40.361    R<sup>2</sup> = 0,487    F = 4.255 (0,000)

Fonte: Cálculos realizados a partir da PED-RMS.

A estabilidade no emprego mostrou-se positiva e estatisticamente correlacionada com a renda do trabalho da mulher, com uma elasticidade de 0,156. Esse resultado pode estar revelando um padrão característico de valorização da estabilidade da mulher pelo mercado, à medida que maiores salários são pagos para as mulheres que conseguem uma maior estabilidade no emprego. Isso implica que as mulheres que conseguem aumentar seus rendimentos são aquelas que não mudam periodicamente de ocupação e, portanto, apresentam uma maior estabilidade na ocupação que exercem. Dessa forma, as mulheres que desejam aumentar suas rendas do trabalho são levadas a permanecer no mesmo emprego, contribuindo para uma maior fidelidade dessas pessoas às suas atuais ocupações.

O tamanho da família foi uma variável que se mostrou negativa e estatisticamente correlacionada com a renda do trabalho da mulher. Isso significa que quanto maior o tamanho da família, menor será a renda da mulher. Esse resultado já era de certo modo esperado, tendo em vista que quanto maior o tamanho da família, mais a mulher tende a ficar restrita aos afazeres domésticos.

O atributo pessoal cor foi positivo e estatisticamente significativo, indicando que a renda do trabalho é maior para as mulheres brancas. Esse fato pode estar evidenciando um processo de discriminação de rendimento contra a mulher negra no mercado de trabalho da RMS.<sup>11</sup>

A variável migração mostrou-se estatisticamente significativa e negativamente correlacionada com a renda do trabalho da mulher. Isso revela que o fato de a mulher ser migrante contribui negativamente para a formação da sua renda. Esse resultado pode estar indicando uma certa desvantagem, em termos de investimento em capital humano, da mulher migrante em relação àquela residente na RMS, resultando em consequência um menor rendimento do trabalho.

---

<sup>11</sup> Esse resultado tem sido reproduzido em estudos anteriores. Ver, por exemplo, Carrera-Fernandez e Menezes (2000).

Como esperado, a posição familiar mostrou-se positiva e estatisticamente significativa, indicando que as mulheres chefes de família comandam uma renda do trabalho maior, relativamente àquelas que não são chefes de família.

#### 4. A decisão da mulher em participar da força de trabalho

Objetivando entender um pouco mais o mecanismo que leva a mulher a buscar uma inserção no mercado de trabalho, estuda-se a seguir os principais determinantes e condicionantes que afetam a sua decisão de participar da força de trabalho.<sup>12</sup> O modelo utilizado para modelar a escolha da mulher frente ao mercado de trabalho foi o *logit*. Para tanto, supõe-se que a propensão ao trabalho é estabelecida de acordo com a seguinte equação:

$$y = X\beta + \varepsilon \quad (4.1)$$

onde  $y$  é uma variável *dummy*, observável, que assume apenas dois valores: unitário se a mulher participa da força de trabalho e zero se ela não participa do mercado de trabalho, ou seja, encontra-se inativa;  $X$  é um conjunto de variáveis de controle, o qual contém os vários atributos pessoais (produtivos e não produtivos) que afetam a decisão de a mulher se engajar no mercado de trabalho;  $\beta$  é o vetor de parâmetros correspondente; e  $\varepsilon$  é a perturbação aleatória.

Nesse modelo, a decisão da mulher é modelada de acordo com a utilidade randômica. Isto é, a escolha da mulher é feita comparando-se os níveis de utilidade obtidos ao participar ou não da força de trabalho, e se materializa por meio de uma variável binária, a qual assume o valor  $y = 1$  se a mulher opta por participar da força de trabalho e o valor  $y = 0$  caso contrário. Assim, se a mulher escolhe engajar-se no mercado de trabalho é porque sua utilidade ao estar empregada  $u(y = 1)$  é maior que a utilidade que

<sup>12</sup> Essa força de trabalho é composta das mulheres ocupadas e desempregadas com bico. Esse corte foi considerado com o intuito de alcançar todas as atividades remuneradas das mulheres. Isso é admissível na medida em que a mulher desempregada com bico demonstra querer participar da força de trabalho por meio da procura de trabalho e de uma atividade ocupacional, mesmo que de forma descontínua.

ela teria se estivesse fora do mercado de trabalho  $u(y = 0)$ . Caso contrário, sua decisão deveria ser não trabalhar.

Embora a utilidade seja um conceito subjetivo, não quantificável e não observável, a escolha da mulher passa a ser observada no instante que ela opta por uma das duas alternativas. Dessa forma, a escolha da mulher pode ser interpretada da seguinte forma:

$$u(y = 1) = X\beta_1 + \varepsilon_1 \quad (4.2)$$

$$u(y = 0) = X\beta_0 + \varepsilon_0 \quad (4.3)$$

onde  $X$  é o vetor de regressores,  $\beta_0$  e  $\beta_1$  são os vetores de parâmetros associados com as decisões  $y = 0$  e  $y = 1$  e  $\varepsilon_0$  e  $\varepsilon_1$  são os respectivos distúrbios. A probabilidade de a mulher participar da força de trabalho pode ser então expressa por:

$$\Pr(y = 1/X) = \Pr[u(y=1) \geq u(y = 0)] \quad (4.4)$$

ou:

$$\Pr(y = 1/X) = \Pr[X(\beta_1 - \beta_0) + (\varepsilon_1 - \varepsilon_0) \geq 0] = \Pr[X\beta + \varepsilon \geq 0] = F(X\beta) \quad (4.5)$$

de modo que:

$$\Pr(y = 0) = 1 - \Pr[X(\beta_1 - \beta_0) + (\varepsilon_1 - \varepsilon_0) \geq 0] = 1 - \Pr[X\beta + \varepsilon \geq 0] = 1 - F(X\beta) \quad (4.6)$$

onde  $F(X\beta)$  é a função de distribuição cumulativa de probabilidades. O problema então é encontrar uma relação funcional apropriada para a distribuição de probabilidades acima, que preveja previsões consistentes, ademais de garantir que:

$$\lim_{X\beta \rightarrow +\infty} \Pr(y = 1) = 1$$

$$\lim_{X\beta \rightarrow -\infty} \Pr(y = 0) = 0$$

Uma relação funcional simples que apresenta tais propriedades é a função logística<sup>13</sup>:

<sup>13</sup> As formas funcionais mais comuns, além da *logit*, são a linear e a *probit*, cujas especificações são, respectivamente:

$$F(X\beta) = X\beta$$

$$F(X\beta) = \Phi(X\beta) = \int_{-\infty}^{X\beta} (1/2\pi)^{1/2} e^{-t^2/2} dt$$

onde  $\Phi(X\beta)$  representa a função de densidade normal cumulativa.

$$Pr(y = 1) = \varepsilon^{X\beta} / (1 + \varepsilon^{X\beta}) = F(X\beta) \quad (4.7)$$

Deve-se ressaltar que a decisão de a mulher participar ou não da força de trabalho se dá a partir da ponderação dos níveis de utilidade resultantes da comparação entre o salário que ela pode auferir no mercado de trabalho e o seu salário de reserva. Assim, se o salário de mercado é maior que o de reserva, a mulher participa da força de trabalho, de modo que  $y = 1$ . Por outro lado, se o inverso ocorre, a mulher prefere ficar inativa e alocar o seu tempo em atividades do lar, até mesmo o lazer, não participando, portanto, da força de trabalho, implicando que  $y = 0$ . Embora  $u(y = 1)$  e  $u(y = 0)$  não sejam observáveis, não é empecilho para a estimação, pois, quando a mulher escolhe participar ou não da força de trabalho, pode-se conhecer perfeitamente sua decisão. Assim, observando-se simplesmente se  $y = 1$  ou  $y = 0$ , a mulher acaba revelando sua preferência.

Os dados utilizados neste trabalho foram provenientes da base montada pela PED-RMS. As informações foram trabalhadas de forma individual, de modo que cada observação consistiu da resposta binária (sim ou não) da mulher perante a decisão de participar da força de trabalho e o correspondente vetor de regressores. Esse vetor é composto da renda do trabalho principal,<sup>14</sup> das outras rendas (pensão, aposentadoria e seguro-desemprego), da escolaridade, da idade, do tamanho da família, além das seguintes variáveis binárias: cor, posição na família (ser ou não ser chefe) e migração (ser ou não ser migrante).

Vale ressaltar que algumas variáveis tradicionalmente importantes não foram incluídas nesse vetor de regressores por não terem sido significativas sob o ponto de vista econométrico. A propósito, a experiência no trabalho não se mostrou estatisticamente significativa na decisão de a mulher participar da força de trabalho. Da mesma forma, o tamanho da prole ou o número de filhos menores de 18

---

<sup>14</sup> Tomou-se para as mulheres ocupadas e desempregadas com bico a renda do trabalho principal. Para as mulheres que se encontram desempregadas ou na inatividade, computou-se o salário de reserva (ou custo de oportunidade do tempo dedicado ao lazer), tomando-se a renda média do trabalho principal para cada nível de escolaridade.

anos não foi importante na definição da probabilidade de a mulher engajar-se em alguma atividade no mercado de trabalho.

Para as mulheres que se encontram fora do mercado de trabalho, foi calculado um salário de reserva, acima do qual as levaria a participar da força de trabalho.<sup>15</sup> Esse cálculo levou em consideração a média dos ganhos na atividade principal das mulheres presentes no mercado de trabalho por nível de escolaridade, ponderado pela probabilidade de a mulher encontrar emprego na RMS. Essa probabilidade foi estabelecida pela diferença entre a unidade e a respectiva taxa de desemprego aberto do período.

Ademais, supõe-se implicitamente que há aleatoriedade na amostra das mulheres que trabalham, de modo que a baixa participação das mulheres no mercado de trabalho não implica nenhum viés de seleção. Essa aleatoriedade existe porque o que distingue a mulher que trabalha daquela inativa é apenas a fase do ciclo (construção da família) de vida em que ela se encontra. Dessa forma, durante a fase de construção de suas famílias, algumas mulheres se retiraram do mercado de trabalho, para retornarem mais tarde, quando outras entrariam nessa fase. Dessa forma, restringir a amostra às mulheres que trabalham não implicaria sobrestimar os salários oferecidos às mulheres.

O modelo (4.1) foi estimado por máxima verossimilhança, objetivando definir os parâmetros da função cumulativa de distribuição de probabilidades, a partir das condições de máximo (ou seja, igualando suas derivadas a zero) e aplicando-se o algoritmo de Newton para valores de verossimilhança com distribuição teórica esperada. Os resultados da estimação logística da probabilidade de a mulher participar na força de trabalho encontram-se dispostos na tabela 4.1. Vale ressaltar que a proporção de predições corretas do modelo é 75,1%, a qual é uma média ponderada das proporções de acertos das probabilidades de respostas  $Pr(y = 0)$  de 84,3% e

<sup>15</sup> Esse é um procedimento alternativo que visa melhorar as estimativas dos parâmetros, evitando-se que elas sejam enviesadas e inconsistentes. Deve-se ressaltar, entretanto, que uma forma tradicionalmente eficiente de lidar com esse problema é utilizar o procedimento de Heckman.

$Pr(y = 1)$  de 64,8%, o que representa uma aderência razoável do modelo à decisão de a mulher engajar-se no mercado de trabalho.

A segunda coluna da tabela 4.1 contém as estimativas dos parâmetros de cada uma das variáveis explicativas que afetam a probabilidade de as mulheres buscarem uma atividade no mercado de trabalho. Na coluna seguinte constam a estatística Wald e o correspondente nível de significância (entre parênteses) dos parâmetros estimados. As duas colunas seguintes mostram o efeito marginal (inclinação) e o logaritmo da verossimilhança  $LnV$ , respectivamente. A última coluna contém o logaritmo da razão de verossimilhanças e o correspondente nível de significância (entre parênteses). Uma inspeção dessa tabela permite observar que todos os parâmetros estimados foram estatisticamente significativos e diferentes de zero. Esses resultados confirmam que a renda do trabalho principal, as outras rendas, a escolaridade, a experiência no trabalho, a idade, o tamanho da família, a cor, a posição na família e a migração são todas variáveis estatisticamente importantes para explicar a probabilidade de a mulher participar da força de trabalho.

Os resultados contidos na tabela 4.1 revelam que a renda que a mulher pode auferir no mercado de trabalho é estatisticamente significativa (tanto pela ótica da estatística Wald quanto pela razão de verossimilhanças) e positivamente correlacionada com a probabilidade de a mulher participar da força de trabalho. Isso significa que quanto maior a renda do trabalho, relativamente ao seu custo de oportunidade do tempo dedicado ao lazer (ou salário de reserva), maior é a probabilidade de a mulher buscar uma atividade no mercado de trabalho.

A variável que incorpora as outras rendas da mulher (aposentadoria, pensão e seguro-desemprego) mostrou-se estatisticamente significativa e negativamente correlacionada com a probabilidade da mulher buscar uma atividade no mercado de trabalho. Isso significa que quanto maior for o nível dessas rendas, menor é a probabilidade dela participar da força de trabalho, evidenciando que ela se engaja no mercado de trabalho mais por necessidade de complementação de renda do que para não ficar economicamente inativa.

**Tabela 4.1 – Probabilidade de a mulher participar da força de trabalho da RMS**

Variáveis independentes	$\beta$	Wald (Sig.)	Efeito marginal*	LnV <sub>c</sub>	-2LnRV (Sig.)
Constante	0,711	443,015 (0,000)	-	-	-
Rendimento do trabalho	0,008	10.532,206 (0,000)	0,02 [422,1]	-69.759,84	22.194,604 (0,000)
Outras rendas	-0,003	2.294,006 (0,000)	-0,01 [22,9]	-60.568,22	3.811,357 (0,000)
Escolaridade	-0,107	1.909,719 (0,000)	-0,21 [8,5]	-59.653,29	1.981,498 (0,000)
Idade	-0,034	3.420,791 (0,000)	-0,07 [34,9]	-60.549,66	3.774,236 (0,000)
Tamanho da família	0,007	4,497 (0,034)	0,01 [4,5]	-58.664,79	4,494 (0,034)
Cor (ser ou não ser branca)	-0,591	819,254 (0,000)	-1,14 [0,19]	-59.086,30	847,521 (0,000)
Posição (ser ou não ser chefe de família)	0,674	1.066,152 (0,000)	1,29 [0,22]	-59.205,19	1.085,301 (0,000)
Migração (ser ou não ser migrante)	-0,140	89,165 (0,000)	-0,27 [0,49]	-58.707,20	89,312 (0,000)
N = 109.670	P(y = 1) = 64,8%	P(y = 0) = 84,3%	-2LnV = 117.325,08	$\chi^2_8 = 34.366,112$	

\* Valores médios entre colchetes.

Os resultados da tabela 4.1 mostram ainda que a escolaridade é estatisticamente significativa e negativamente correlacionada com a probabilidade de a mulher participar da força de trabalho. Isso significa que quanto maior a escolaridade da mulher menor a probabilidade dela participar do mercado de trabalho. Por mais paradoxal que possa parecer, esse resultado leva a crer que a mulher abandona suas perspectivas profissionais, adquiridas com o sistema educacional, à medida que anseia a constituição de uma família. Quando isso acontece, tem-se que o ambiente educacional apresenta uma função social extraordinária, que permite uma maior aproximação de pessoas com níveis sociais, econômicos e educacionais similares para uma eventual união matrimonial. O lado perverso desse acontecimento se apresenta quando a mulher, ao se casar, deixa de priorizar seus objetivos profissionais, passando sistematicamente a se ausentar e/ou se distanciar do mercado de trabalho. Nesse momento, a despeito das condições de escolaridade da mulher ser superior à do homem, as exigências de um marido “autoritário” e a chegada dos filhos lhe impõem uma vida voltada ao lar e distante do mercado de trabalho. Evidentemente isso somente é possível quando as condições econômicas e financeiras do cônjuge o permitem, o que reforça o caráter provedor do homem.

A idade também mostrou-se estatisticamente significativa e negativamente correlacionada com a probabilidade de a mulher participar da força de trabalho. De certa forma, esse resultado já era esperado, tendo em vista que quanto mais velha for a mulher e, portanto, menos vigor físico ela dispor, menor será a probabilidade de se engajar no mercado de trabalho.

O tamanho da família mostrou-se econometricamente significativo e positivamente correlacionado com a probabilidade de a mulher participar do mercado de trabalho. Esse resultado confirma a evidência obtida na seção anterior, tendo em vista que o tamanho da família pode ser considerado como um indicativo da riqueza e da escolaridade da família. Dessa forma, seria de se esperar que mulheres oriundas de famílias mais numerosas, e, portanto, com níveis menores de renda média e escolaridade, apresentassem maior probabilidade de engajarem-se no mercado de trabalho, relativamente àquelas com uma família menor.

A tabela 4.1 mostra ainda que a cor é uma variável importante (estatisticamente significativa) na definição da probabilidade de a mulher buscar uma atividade no mercado de trabalho. Essa probabilidade é maior para a mulher negra, relativamente à branca.

Uma inspeção da tabela 4.1 mostra também que a posição da mulher na família (ou seja, se ela é ou não é chefe de família) é estatisticamente significativa a 3%, tanto para a estatística Wald quanto para a razão de verossimilhanças, e positivamente correlacionada com a probabilidade de a mulher participar da força de trabalho. A responsabilidade de ser chefe de família e de prover o sustento de seus dependentes, aumenta a probabilidade de a mulher se engajar no mercado de trabalho.

Quando a mulher é oriunda de outras regiões, diminui a probabilidade de participar do mercado de trabalho da RMS. Esse resultado é constatado pelo fato da variável migração ser estatisticamente significativa e estar negativamente correlacionada com essa probabilidade. Esse resultado pode indicar que a mulher migrante é tipicamente aquela que acompanha o seu marido, o qual provém o seu sustento.

## **5. Conclusões e recomendações**

Fazendo uso da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), este trabalho analisou a participação da mulher no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Uma incursão inicial nesses dados permitiu observar que a mulher, em média, apresenta um nível de escolaridade 10% superior ao do homem, enfrenta uma jornada semanal no trabalho principal 11% inferior, dispõe de uma experiência 3% menor e apresenta uma estabilidade no emprego 5% inferior à do homem, mas auferem um rendimento significativamente inferior, correspondente a 63,5% do rendimento do homem. Em resumo, o mercado de trabalho exige da mulher um nível maior de escolaridade, estabelece uma carga horária de trabalho menos elevada, aceita uma menor experiência e, em contra partida, oferece uma menor estabilidade no emprego e um menor nível de rendi-

mento. Essas constatações naturalmente contribuem para aumentar a mobilidade da mulher no mercado de trabalho.

Um estudo mais detalhado do rendimento da mulher permitiu revelar que o nível de escolaridade e o tempo dedicado ao trabalho (esforço) são os atributos produtivos de maior peso, e por isso mesmo os mais importantes, na formação da renda da mulher. Por outro lado, a idade foi o atributo pessoal que mais contribuiu para a formação da sua renda. Este trabalho evidenciou um processo de discriminação de rendimento contra a mulher negra no mercado de trabalho da RMS, na medida em que a renda do trabalho é significativamente maior para as mulheres brancas, considerando como constantes as demais variáveis. Ademais, o estudo revelou um padrão característico de exploração da mulher no mercado de trabalho, na medida em que salários menores são pagos a ela.

Os resultados econométricos obtidos neste artigo permitem concluir que as mulheres mais propensas ao mercado de trabalho são as jovens de cor negra, que apresentam um menor nível de escolaridade e uma maior experiência. Além disso, essas mulheres não dispõem de outras rendas que não aquela fruto de seu trabalho e exercem a condição de chefe da família.

Apesar da maior inserção da mulher no mercado de trabalho, verificada nos últimos anos, os resultados deste trabalho revelaram que uma grande parte das mulheres que participa da força de trabalho apresenta uma baixa escolaridade. Isso significa que uma grande proporção das mulheres com mais escolaridade (especificamente aquelas com curso superior) não necessariamente participa da força de trabalho. Isso pode ser explicado pelo fato de as mulheres serem fortemente impelidas às atividades familiares, talvez, até mesmo, pela nobre tarefa de educar os filhos, principalmente os menores que demandam maior atenção. Essa maior presença da mulher mais escolarizada no seio da família e, portanto, fora da força de trabalho, só é possível graças ao suporte financeiro da renda familiar auferida pelo marido ou a outras rendas originárias fora do mercado de trabalho. Nesse sentido, pode-se inferir que as mulheres com maior investimento em capital humano são também aquelas que conseguem os melhores casamentos (ou seja, são aquelas que encontram maridos com maiores possibilidades de

renda) ou detêm outras fontes de ganho. De fato, esse apoio financeiro familiar é o principal fator que permite que a mulher com um maior nível de escolaridade se ausente do mercado de trabalho, o qual não é encontrado, em geral, pela mulher menos escolarizada.

Deve-se ressaltar que essa ausência da mulher mais escolarizada da força de trabalho não é nenhum demérito, tendo em vista que a sua maior presença no seio da família pode gerar benefícios maiores para a sociedade. As pesquisas psicossociais comprovam que a presença da mãe junto a seus filhos, propicia um melhor nível de educação e estabilidade emocional para os mesmos e reduz os desequilíbrios da juventude, ajudando a construir uma sociedade melhor e mais justa. O reconhecimento da sociedade dessa função social importante que a mulher exerce junto a seus filhos é, de fato, uma luta muito antiga dos movimentos feministas. Essa ausência da mulher mais escolarizada da força de trabalho ajuda a entender por que a mulher é mais exposta à condição de desemprego. Sabe-se que são os trabalhadores menos qualificados aqueles que mais sofrem com o desemprego, portanto, com uma maior participação da mulher menos escolarizada no mercado de trabalho, seria de se esperar que fossem elas as mais afetadas pelo desemprego.

Ao ampliar o conhecimento a respeito da participação da mulher no mercado de trabalho, espera-se que este trabalho possa contribuir para a elaboração de políticas públicas que ajudem a melhorar as relações de trabalho da mulher e minimizar a discriminação de gênero. De fato, a importante função social da mulher, como gestora de futuros cidadãos, por si só, justifica o atendimento de suas demandas, principalmente no que concerne a criação de um número maior de creches para suas crianças e locais para amamentação. Políticas públicas que atendam as necessidades das mulheres, sobretudo com a criação de uma maior infra-estrutura disponível, dentro e fora do mercado de trabalho, podem então atrair um número maior de trabalhadoras mais bem qualificadas para a força de trabalho, ao mesmo tempo que consolida a plena cidadania das mulheres, com ganhos para toda a sociedade.

## Referências bibliográficas

- BRUSCHINI, C. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos 80. In: **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: LTr, 1995.
- \_\_\_\_\_; LOMBARDI, M. R. A dupla face do trabalho feminino no Brasil: o emprego doméstico e as novas ocupações. **Informe PED Mulher**, São Paulo, ano 9, mar. 2000. Edição especial.
- CARRERA-FERNANDEZ, J.; MENEZES, W. F. Impactos da previdência social sobre as decisões de investimento em capital humano e a entrada e saída precoce da força de trabalho: uma abordagem a partir da Região Metropolitana de Salvador. In: **XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC**, Campinas/São Paulo, dez. 2000.
- CASTRO, M. G. “Feminização da pobreza” em cenário neoliberal. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: PED-RMPA, v. 1, 2001. p. 90-96.
- CORTAZZO, I. O trabalho da mulher: uma desigualdade encoberta? **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: PED-RMPA, v. 1, 2001. p. 55-60.
- GALEAZZI, Irene M. S. Mulheres trabalhadoras: a chefe da família e os condicionantes de gênero. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: PED-RMPA, v. 1, 2001. p. 61-68.
- \_\_\_\_\_. O trabalho desvalorizado: as mulheres valem menos no mercado de trabalho. **Informe PED Mulher**, São Paulo, ano 9, mar. 2000. Edição especial.
- GÁLVEZ, Telma. Aspectos económicos de la equidad de género. In: **Informe de la octava conferencia regional sobre la mujer de América Latina y el Caribe**, Nações Unidas, CEPAL. Disponível em: [www.eclac.org/espanhol/noticias/comunicados/conf8visualizar.htm](http://www.eclac.org/espanhol/noticias/comunicados/conf8visualizar.htm). Acesso em: 15 abr. 2000.
- GARCIA, L. A inserção da mulher negra no mercado de trabalho da RMPA: uma nota introdutória. **Informe PED Mulher**, São Paulo, ano 9, mar. 2000. Edição especial.
- GREENE, W. H. **Econometric Analysis**. 3rd ed. New Jersey: Prentice Hall, 1997.
- KRELING, N. H. Trabalho feminino: persistem as desvantagens apesar da maior escolaridade. **Informe PED Mulher**, São Paulo, ano 9, mar. 2000. Edição especial.
- LIEDKE, E.; HOLZMANN, R. Reestruturação produtiva, qualificação e gênero. **Informe PED Mulher**, São Paulo, ano 9, mar. 2000. Edição especial.
- MAS-COLELL, A.; WHINSTON, M.; GREEN, J. R. **Microeconomic Theory**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

- MENEZES, W. F.; CARRERA-FERNANDEZ, J. Os determinantes da segunda ocupação: uma análise a partir da Região Metropolitana de Salvador. In: **III Encontro Regional da ABET**, 2001, Porto Alegre.
- PEREZ, L. Os desafios para o século XXI. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: PED-RMPA, v. 1, 2001. p. 51-53.
- SANCHES, S. Gênero, igualdade social e sindicalismo: as mulheres no mundo do trabalho. **Informe PED Mulher**, São Paulo, ano 9, mar. 2000. Edição especial.
- SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. A. **A evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: IPE-USP, 2000. Texto para discussão 24.